



Relatório e Contas 2021

Índice

7	Relatório de Gestão – Contas Consolidadas
13	Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2021
14	Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio (2021)
15	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
16	Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021
19	Anexo ao Relatório
45	Certificação Legal das Contas Consolidadas
49	Relatório e Parecer do Fiscal Único
53	Certificações
61	Organigrama

Relatório e Contas 2021

INTRODUÇÃO

O ano de 2021 marca o regresso, ainda que lento, ao normal desenvolvimento do negócio da empresa e da sociedade em geral. Este regresso será, contudo, mais moroso e menos estável e previsível do que a normalidade pré-covid e essa é uma imagem fiel do desempenho da empresa durante este ano. Com efeito, as perspetivas de retorno ao normal desenvolvimento de negócios, interrompido em 2020, verificaram-se, com o retomar das atividades nos projetos e mercados que haviam sido suspensos mas não se traduziram na concretização das decisões de investimento congeladas pela pandemia.

Acresceu como fator de perturbação o efeito conjunto da lenta normalização dos fluxos logísticos de transporte e disponibilização de matérias primas que conduziram a um aumento significativo dos custos e, sobretudo, dos tempos de execução, cujo impacto na atividade da Seth se fez sentir, ainda que, com menor relevância do que seria expectável devido à existência nos contratos em execução de mecanismos de revisão de preços. Esta situação que caracterizará ainda o ano de 2022 e continuará até 2023, sobretudo no mercado português, não permitiu a obtenção de novas encomendas ao ritmo antecipado pois muitas das oportunidades que surgiram no mercado acabaram por não encontrar interessados, devido a preços base desatualizados, o que levou ao adiamento de concursos, reduzindo, assim, o esperado contributo para o aumento do volume de negócios e do resultado desejado.

Contudo, os resultados obtidos foram positivos e refletem o retorno à trajetória interrompida pela disrupção do exercício de 2020 e o retorno ao desenvolvimento de negócios em cumprimento da estratégia delineada pela nova realidade de integração na unidade de negócios do grupo MTHHolding, a MTHInternational. A Seth tem como missão, dentro da realidade atrás descrita, o desenvolvimento de negócios nos mercados Português, da Europa Mediterrânica e da África Subsaariana tendo como princípios de atuação as cinco áreas de foco definidas pelo Grupo. A **Sustentabilidade** das operações e dos projetos em que participamos, com especial ênfase na redução das emissões de carbono pela procura de equipamentos e métodos mais eficientes e pela obtenção de certificações que atestam a crescente incorporação de materiais reciclados e princípios de economia circular. A **Inovação** através da colaboração com os clientes no desenvolvimento de soluções construtivas, menos intrusivas e mais eficientes baseadas em recurso a pré-fabricação e construção modular *offsite*. **Processos**, promovendo a constante revisão dos mesmos por forma a encontrar as melhores soluções digitais que o desenvolvimento tecnológico disponibiliza para tornar mais eficientes as operações de que são exemplos a utilização de plataformas eletrónicas de partilha de informação e de colaboração entre todos os trabalhadores, a utilização de representação tridimensional dos projetos para execução e racionalização de materiais a incorporar e a formação de decisores em metodologias Lean na condução das

atividades. A **Colaboração**, através da participação em projectos de concepção e construção, como é hábito na actividade de infraestruturas elétricas ou de engenharia de soluções que caracteriza a nossa actividade em obras marítimas, formas de atuar em que o envolvimento com os clientes e com outras unidades do Grupo são essenciais. E nos **Trabalhadores**, através da constante preocupação e aposta no criar e melhorar as condições de segurança para o desempenho das suas funções, independentemente da realidade geográfica, criando padrões uniformes de atuação e apostando na constante formação e aperfeiçoamento de competências de todos. Uma mais completa e detalhada informação da implementação destes princípios e dos seus resultados pode ser obtida pela consulta do relatório de responsabilidade social que a empresa de forma autónoma publica pela primeira vez este ano.

O ano de 2021 foi ainda um ano difícil, caracterizado essencialmente pela execução da carteira de trabalhos interrompida pela pandemia e menos pela obtenção de novas encomendas que, apenas no segundo semestre, deu mostras de dinâmica e consequente obtenção de novos trabalhos embora sem impacto no volume de negócios reconhecido no ano.

O mercado Africano foi aquele em que se obteve a maior parte dos proveitos do exercício, representando 61% do total, sendo o mercado de Moçambique o mais importante respondendo por 40% da atividade.

O mercado português de infraestruturas continuou a oferecer poucas oportunidades, ainda que superiores a anos anteriores, tendo sido possível adquirir novas encomendas cuja execução teve impacto no segundo semestre apenas de uma forma parcial, transitando a sua execução para o ano de 2022.

Durante o ano foram desenvolvidos trabalhos nos mercados externos em Moçambique, Angola e Cabo Verde. A área de Transmissão de Energia, centrada no mercado de Moçambique, respondeu por 40% do volume de negócios. Na área das infraestruturas marítimas, foram executados trabalhos de construção em Portugal, Angola e Cabo Verde.

A implementação do PRR em Portugal deverá fazer surgir, durante o primeiro semestre de 2022, um aumento de oportunidades no mercado nacional de infraestruturas que, acompanhada pelo retomar de decisões de investimento na área residencial turística, deverá permitir assegurar algumas adjudicações e o consequente aumento do peso do mercado interno no volume global de negócios.

No mercado externo, o foco de atuação continuará a centrar-se na procura de novas oportunidades, em conformidade com as especialidades distintivas da empresa e nos mercados de presença regular. O mercado de Moçambique continuará a ser o mais relevante em termos de atividade. Para além deste, e em conformidade com a integração na unidade de negócio Internacional do Grupo é intenção implementar a colaboração conjunta em projectos na África Oriental financiados por instrumentos de cooperação de origem dinamarquesa que se repercutirão, assim se espera, em trabalhos nos próximos anos.

Das obras de maior relevância em execução que transitam para 2022 salientamos:

- Reperfilamento do Cais do Porto de Ponta Delgada
Dono de Obra: Portos dos Açores
- Reabilitação/Reforço Ponte Cais Tanquisado, Setúbal
Dono de Obra: Tanquisado S.A.
- Nova Reserva do Barlavento
Dono de Obra: Águas do Algarve
- Eletrificação Rural de Vilanculos, Lote 3
Dono de obra: E.D.M. (Moçambique)
- PERIP Lote 4- Eletrificação, Maputo
Dono de Obra: E.D.M. (Moçambique)
- STIP Lote D-110kV, Dondo/Beira, Sofala
Dono de Obra: E.D.M. (Moçambique)
- Terminal Ferry Quebra-mar e Cais Porto de Cabinda
Dono de obra: IMPA Instituto Marítimo Portuário Angola (Angola)
- Extensão e Modernização do Porto Inglês, Ilha do Maio.
Dono de Obra: Ministério Infraestruturas, Ordenamento Território, Habitação (Cabo Verde)

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

SUCURSAIS

Seth ARGÉLIA

As operações neste mercado foram terminadas, pelo que a sucursal se mantém apenas ativa para cumprimento de obrigações legais.

Seth MOÇAMBIQUE

Este continua a ser o principal mercado da empresa, estando até agora a atividade concentrada em trabalhos de eletrificação rural. No final de 2021, foram adjudicadas obras de Linhas de Transmissão 110kV na província de Sofala, tipologia de projetos que se pretende passe a ser a principal atividade da empresa neste mercado. Durante o exercício, executaram-se trabalhos nas províncias de Inhambane, Maputo, Nampula, Cabo Delgado e Zambézia. Com o repor das condições de segurança na zona de desenvolvimento do projeto de gás natural do Rovuma, espera-se o surgimento de novas oportunidades no sector das obras marítimas para as quais a Seth se preparou para participar e dessa forma passar a desenvolver neste mercado trabalhos desta sua especialidade.

Seth CABO VERDE

Os trabalhos de extensão e modernização do Porto Inglês na Ilha do Maio, apesar dos constrangimentos colocados pela pandemia, decorrem a bom ritmo, tendo sido acordado com o dono de obra as necessárias alterações ao projeto decorrentes do desenvolvimento em modelo reduzido da solução inicial. Os trabalhos são executados pelo consórcio, de que a Seth faz parte (33%), estando a sua conclusão prevista para junho de 2022.

SUBSIDIÁRIAS

SETHANGOLA, S.A.

Os trabalhos de construção do Terminal Ferry, Cais e Quebra-mar em Cabinda para o IMPA, em consórcio com a Seth S.A. e a Mota-Engil Angola, como subcontratados da empresa chinesa CGGC, foram muito afetados no seu

desenvolvimento pela pandemia. Tal determinou duas paralisações dos trabalhos e consequente prorrogação do prazo de execução bem como a correspondente solicitação de reequilíbrio financeiro do contrato de acordo com o previsto na legislação Angolana. O montante global dos trabalhos foi aumentado pela inclusão de trabalhos adicionais de dragagem já contratualizados com o Estado Angolano e aprovados por decreto presidencial de acordo com a lei dos projetos considerados prioritários. Os trabalhos serão concluídos no segundo trimestre de 2022. Ainda que de forma prudente, continuam em estudo oportunidades de trabalho no mercado angolano, em áreas de especialidade da empresa em colaboração com outras empresas do Grupo MTHH no sentido de se encontrarem fontes de financiamento que viabilizem a concretização dos mesmos.

A Seth S.A., controla 60% da sociedade.

SETHMOZ, S.A.

A empresa não desenvolveu atividade significativa durante o ano de 2021.

A sociedade é detida a 100% pela Seth.

AGRUPAMENTOS

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011, existindo uma discussão pendente cuja resolução vai implicar litigação judicial. Foi realizada uma auditoria técnica independente, sendo intenção proceder a um processo arbitral técnico com o cliente antes de prosseguir com a via judicial, sendo convicção de que haverá provimento na pretensão do ACE.

A participação da Seth é de 37,5%.

AARSLEFF-SETH JV I/S

O consórcio (Joint-venture) constituído pela Seth e pela construtora dinamarquesa Per Aarsleff a/s foi constituído para os trabalhos de execução do contrato Reinforcement and Extension of the National Power Transmission Grid (MixCredit) para o cliente Electricidade de Moçambique.

A Joint-venture tem sede em Aabyhoej na Dinamarca e em 2013, ano da sua constituição, foi criada sucursal em Moçambique. A participação de cada empresa na Joint-venture é de 50%. Todos os trabalhos foram concluídos estando em curso o período de garantia.

Em 2021, no âmbito desta associação, foi adjudicado contrato de fornecimento de reactores para aproveitamento do financiamento existente de equipamentos, cuja entrega decorrerá no período de garantia final de todas as componentes do projeto que ocorrerá em Abril de 2022.

A estrutura do consórcio será mínima prevendo-se o seu encerramento até ao último trimestre de 2022.

CMM/SETH ACE

O agrupamento tem como objetivo a realização de obras na Base das Lajes, Açores, destinadas à Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos da América.

Prosseguiu, durante o ano, o trabalho de reconversão de um edifício denominado T-715 que viu o âmbito e o montante do contrato acrescido por acordo com o cliente,

estendendo a sua execução para final do ano de 2022. Aguarda-se o surgimento de novas oportunidades, pelo que será expectável a continuidade da associação nos anos próximos. A participação da Seth no agrupamento é de 50%

QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA - QAS

A empresa implementa de forma sistemática o seu sistema de gestão QAS e no âmbito do acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão Integrado de Qualidade Ambiente e Segurança (SGIQAS) realizaram-se auditorias externas no período de 5 a 9 de julho 2021, pela entidade certificadora LUSO AENOR.

Desta forma, a auditoria aos Sistemas de Gestão QAS focalizou-se na verificação da documentação geral dos Sistemas e na deslocação às instalações e obras da empresa, sendo efetuado o acompanhamento dos sistemas Qualidade, Ambiente e Segurança.

Tratou-se assim de auditoria de acompanhamento dos três sistemas (qualidade, ambiente e segurança). Potenciado o grau de dificuldade pela pandemia, todos os intervenientes e auditores efetuaram um esforço acrescido para que, mesmo nestas condições adversas, o impacto na realização das auditorias fosse o menor possível.

No relatório da auditoria foram registadas as conclusões pela entidade certificadora, não tendo sido identificadas não conformidades, o que mantém em conformidade os sistemas de Qualidade Ambiente e Segurança e o sucesso da migração para a nova norma 45001:2018 realizada em 2020.

Foram registadas três observações e quatro oportunidades de melhoria, e, como habitual, foram incluídas no plano de ações do sistema. As conclusões da auditoria foram, mais uma vez, bastante positivas.

Como pontos fortes observados na auditoria destacam-se:

- Abertura e competência técnica dos colaboradores auditados;
- Organização das Fichas de Dados de Segurança dos produtos químicos armazenados no Estaleiro Central de Palmela;
- Organização do estaleiro;
- Empenho e motivação da equipa de trabalho e das áreas envolvidas;
- Motivação dos colaboradores contactados e o seu envolvimento na melhoria dos Sistemas implementados;
- Disponibilidade e postura construtiva demonstrados por todos os colaboradores contactados no decurso da auditoria, com a disponibilidade para correções no decorrer da mesma;
- Organização da documentação da Obra auditada;
- Recurso a vídeos através de Drone o que permite ter uma evolução gráfica da obra;
- Utilização de plataforma colaborativa na rede Yammer para divulgação e partilha de informação interna;
- Controlo financeiro das obras durante a sua execução e controlo de obras em fase de garantia.

Por forma a garantir a objetividade e imparcialidade na avaliação interna dos Sistemas, as Auditorias Internas Globais ao Sistema de Gestão de Qualidade Ambiente e Segurança continuaram, em 2021, a serem realizadas por empresa externa especializada, com uma frequência mínima anual.

Durante o ano reforçaram-se as ações de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente, os respeitantes às proteções coletivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. A formação tem abrangido os trabalhadores da Seth e subempreiteiros, aumentando, assim, a cultura de segurança nas nossas obras.

Considerando uma visão integrada das atividades que desenvolvemos e do impacto resultante das mesmas, trabalhamos diariamente para melhorar o nosso Desempenho nas três áreas Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS) através da aposta na melhoria contínua, em inovação, da dedicação dos nossos colaboradores e de um relacionamento mais próximo com fornecedores, clientes e comunidade.

Índices de Sinistralidade de 2021

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade de 2021 foram de 32,8 no Índice de Frequência - IF (classe qualitativa Bom) e 1,3 no Índice de Gravidade - IG (classe qualitativa Médio). No entanto, o Índice de Gravidade relativo a 2021 ainda não se encontra finalizado, uma vez que um dos sinistrados transitou com dias de baixa para 2022, dias que serão reportados sempre ao ano em que ocorreu o sinistro alterando o Índice de Gravidade.

INDICADORES ECONÓMICOS – FINANCEIROS

Em 2021, o volume de negócios totalizou Euros 35 402 416, valor superior em 85% face ao ano anterior.

O EBIT registado foi de Euros 702 093.

O Resultado Líquido cifrou-se em Euros 401 705 e a parte atribuída aos detentores do capital da empresa-mãe correspondeu a Euros 459 448.

O Capital Próprio da empresa era, no final do período, de € 10 606 943 cujo montante atribuído a Interesses Minoritários representava Euros 3 249.

No final do ano, a carteira de encomendas ascendia a Euros 25 361 925 milhões.

APLICAÇÕES DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam aplicados em Resultados Transitados.

ANTEVISÃO 2022 E EVENTOS APÓS O FIM DO EXERCÍCIO

As encomendas recebidas no final de 2021 e as intenções de adjudicação recebidas no primeiro mês do ano de 2022 permitem antecipar um volume de negócios de aproximadamente Euros 45 milhões e um EBIT de 4% para 2022.

Queijas, 15 de Fevereiro de 2022

O Conselho de Administração

Ricardo António Pedrosa Gomes (Presidente)

Martin Stig Solberg

Peter Kofoed

Sofia Mendes

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2021

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	5 213 387	5 277 746
Créditos a receber	9	759 537	1 234 383
		5 972 925	6 512 129
Activo corrente			
Inventários	8	194 061	427 399
Clientes	9	7 365 652	7 920 522
Estado e outros entes públicos	10	1 040 683	1 255 847
Outros créditos a receber	11	15 692 649	11 897 605
Diferimentos	12	190 287	131 830
Caixa e depósitos bancários	4	1 741 494	3 283 675
		26 224 826	24 916 879
Total do activo		32 197 751	31 429 008
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	13	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	14	801 069	801 069
Outras reservas	15	197 542	197 542
Resultados transitados	16	5 883 794	6 884 004
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(677 167)	(1 156 213)
Resultado Líquido		401 706	(959 852)
Total Capital Próprio Atribuído aos Accionistas		10 606 943	9 766 551
Interesses Minoritários	33	3 249	(83 406)
Total Capital Próprio		10 610 192	9 683 145
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	140 923	722 615
Financiamentos obtidos	19	5 024 445	5 814 942
		5 165 368	6 537 557
Passivo corrente			
Fornecedores	21	4 025 498	3 496 436
Adiantamentos de clientes	22	2 278 746	2 284 375
Estado e outros entes públicos	10	397 984	347 864
Financiamentos obtidos	19	7 016 469	4 770 021
Outras dívidas a pagar	20	2 193 443	3 373 452
Diferimentos	12	510 051	936 157
		16 422 191	15 208 307
Total do passivo		21 587 559	21 745 863
Total do capital próprio e do passivo		32 197 751	31 429 008

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio (2021)

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1 2.4	4 000 000	801 069	197 542	5 474 092	(910 882)	1 409 912	10 971 733	(90 178)	10 881 555
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						(245 331)		(245 331)	1 786	(243 545)
	2	-	-	-	-	(245 331)	-	(245 331)	1 786	(243 545)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							(959 852)	(959 852)	4 986	(954 866)
RESULTADO INTEGRAL							(959 852)	(1 205 183)	4 986	(1 200 197)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições								-		-
Outras operações					1 409 912		(1 409 912)	-		-
	5	-	-	-	1 409 912	-	(1 409 912)	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6 = 1+2+3+5	4 000 000	801 069	197 542	6 884 004	(1 156 213)	(959 852)	9 766 551	(83 406)	9 683 145
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6 2.4	4 000 000	801 069	197 542	6 884 004	(1 156 213)	(959 852)	9 766 551	(83 406)	9 683 145
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(40 359)	479 046		438 687	28 912	467 599
	7	-	-	-	(40 359)	479 046	-	438 687	28 912	467 599
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							401 706	401 706	57 743	459 449
RESULTADO INTEGRAL							401 706	840 392	57 743	898 135
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições								-		-
Outras operações					(959 852)		959 852	-		-
	10	-	-	-	(959 852)	-	959 852	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	11 = 6+7+8+10	4 000 000	801 069	197 542	5 883 793	(677 167)	401 706	10 606 943	3 249	10 610 192

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	23	35 402 417	19 087 666
Subsídios à exploração	26	11 519	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(14 625 858)	(4 593 175)
Fornecimentos e serviços externos	26	(13 121 216)	(8 026 715)
Gastos com pessoal	27	(7 336 019)	(6 434 619)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		(490)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/11	(30 571)	143
Provisões (aumentos/reduções)	18	270 000	313 484
Outros rendimentos	28	2 472 939	1 087 400
Outros gastos	29	(1 343 079)	(1 430 586)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 699 641	3 598
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(997 547)	(886 354)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		702 093	(882 757)
Juros e rendimentos similares obtidos	30	2 607	178 166
Juros e gastos similares suportados	31	(145 870)	(150 435)
Resultado antes de impostos		558 831	(855 026)
Imposto sobre o rendimento do período	7	(99 382)	(99 840)
Resultado Líquido do período		459 449	(954 866)
Resultado líquido do período atribuível a:	33		
Detentores do capital da empresa-mãe		401 706	(959 852)
Interesses minoritários		57 743	4 986
Resultado por acção básico		0,11	(0,24)

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

(PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2021)

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2021	Período 31 Dez 2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais	4		
Recebimentos de clientes		35 302 504	17 655 434
Pagamentos a fornecedores		(26 497 982)	(13 778 046)
Pagamentos ao pessoal		(7 257 858)	(6 431 245)
Caixa gerada pelas operações		1 546 664	(2 553 858)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		97 697	(582 645)
Outros recebimentos/pagamentos		(3 349 211)	(627 667)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(1 704 850)	(3 764 169)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1 093 439)	(1 000 615)
Investimentos Financeiros		(125 905)	121 090
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		8 900	200 818
Juros e rendimentos similares			175 112
Dividendos			37 567
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1 210 444)	(466 028)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 101 498	3 869 293
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 545 107)	(2 301 170)
Juros e gastos similares		(145 710)	(150 435)
Dividendos		(37 567)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 373 114	1 417 688
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 542 181)	(2 812 509)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 283 675	6 096 184
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 741 494	3 283 675

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Anexo

1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17/03/1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e o anexo consolidado, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 15 de Fevereiro de 2022.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Hojgaard International a/s, com sede social na Dinamarca.

As Demonstrações Financeiras da empresa mãe podem ser consultadas no site www.mth.com.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras consolidadas da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) – Aviso n.º 8256/2015, Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015 e Estrutura Conceptual – Aviso n.º 8254/2015.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2020.

Estas Demonstrações Financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As empresas incluídas na consolidação:

Subsidiárias

SethAngola, S.A.

Av. Comandante Valódia, n.º 5, 6.º - apt 61, Kinaxixi – Luanda – ANGOLA

Parte de capital detido pela SETH – 60%

SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.

Praça dos Trabalhadores, n.º 50, 5.º andar – Maputo - MOÇAMBIQUE

Parte de capital detido pela SETH – 100%

Empreendimentos Conjuntos

Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra

Parte de capital detido pela SETH – 37,5%

Aarsleff – SETH JV I/S

Lokesvej 15, DK8230 Aabyhøj - DINAMARCA

Parte de capital detido pela SETH – 50,00%

CMM/SETH, ACE

Rua do Hospital, s/n, Santa Rita, PRAIA DA VITÓRIA

Parte de capital detido pela SETH – 50,00%

2.2 foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico ou do justo valor.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e

julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) *Princípios de consolidação*

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo, relativamente aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício,

entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial ou através da aplicação do método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

b) *Activos fixos tangíveis*

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo. O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que

se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade. As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

c) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo. O Grupo encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 9% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Imposto sobre o rendimento - diferidos

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017 é de 5 anos, sendo que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020, fica suspensa durante os anos de 2020 e 2021. Para os exercícios de 2020 a 2021 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de doze anos de tributação.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. O referido limite é aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que o Grupo:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que as empresas englobadas na consolidação desenvolvem a sua actividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

e) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

f) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço

deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não

monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer

diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

		Taxas em Dezembro 2021	Taxas em Dezembro 2020
Moeda		Câmbio Fecho	Câmbio Fecho
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,1326	1,2271
Libra Esterlina	GBP	0,84028	0,9016
Coroa Sueca	SEK	10,2503	
Kuanza	AKZ	635,751	797,1291
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,265	110,265
Metical de Moçambique	MZN	71,58	91,05

j) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

São reconhecidas provisões quando:

O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

k) Provisões para contratos onerosos

O Grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

l) Activos e passivos contingentes

Um activo ou passivo contingente é um possível activo ou passivo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

O Grupo não reconhece activos e passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

m) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as

correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

n) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – Contratos de construção e na venda de bens.

Nos termos da NCRF 19, quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como rédito e gastos respectivamente com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data do balanço. Uma perda esperada no contrato de construção deve ser reconhecida imediatamente como um gasto.

O desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente:

- O rédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e
- Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

o) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas antes de os financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

p) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 15 de Fevereiro de 2022, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 36.

q) Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou

juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O Grupo mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

r) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

s) Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro.

Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem que ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer ineffectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a

determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções do Grupo, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- Uso esperado do activo;
- Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- Limites legais ou semelhantes no uso do activo.

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço. Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do Grupo situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2021, a carteira de obras totalizava cerca de Euros 25,3 milhões.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2021 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Caixa		
Caixa Sede	579	1 378
Caixa Obras	8 782	12 924
Caixa Sucursais	51 167	7 760
Caixa ACEs / Subsidiárias	8 114	6 205
	68 641	28 267
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	61 735	99 740
Bancos Sucursais	1 012 171	511 732
Bancos ACEs / subsidiárias	598 947	2 643 936
	1 672 852	3 255 408
	-	-
Total:	1 741 494	3 283 675

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não procedeu a alterações nas políticas contabilísticas ou nas estimativas contabilísticas nem registou correcções por erros.

6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1 074 621	1 074 621
Edifícios e outras construções	3 415 000	3 404 797
Equipamento básico	13 551 513	12 890 506
Equipamento de transporte	2 723 342	2 571 072
Equipamento administrativo	1 647 797	1 612 675
Outros activos fixos tangíveis	111 349	80 962
	22 523 623	21 634 634
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(997 547)	(886 354)
Alienações do período	44 200	347 112
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(16 356 888)	(15 817 646)
	(17 310 235)	(16 356 888)
Valor líquido contabilístico:	5 213 387	5 277 746

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2021 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Saldo final
Valor bruto:				
Terrenos e recursos naturais	1 074 621			1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797	10 203		3 415 000
Equipamento básico	12 890 506	704 407	(43 400)	13 551 513
Equipamento de transporte	2 571 072	153 070	(800)	2 723 342
Equipamento administrativo	1 612 675	35 122		1 647 797
Outros activos fixos tangíveis	80 962	30 387		111 349
	21 634 633	933 189	(44 200)	22 523 622
Depreciação acumulada e imparidade				
Edifícios e outras construções	(1 913 054)	(78 276)		(1 991 330)
Equipamento básico	(10 809 415)	(752 505)	43 400	(11 518 519)
Equipamento de transporte	(2 028 685)	(135 109)	800	(2 162 994)
Equipamento administrativo	(1 552 658)	(29 622)		(1 582 280)
Outros activos fixos tangíveis	(53 076)	(2 036)		(55 112)
	(16 356 887)	(997 548)	44 200	(17 310 235)
Valor líquido contabilístico:	5 277 746			5 213 387

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2020 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Saldo final
Valor bruto:				
Terrenos e recursos naturais	1 074 621			1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797			3 404 797
Equipamento básico	12 278 304	766 264	(154 061)	12 890 506
Equipamento de transporte	2 394 859	304 134	(127 921)	2 571 072
Equipamento administrativo	1 640 304	58 512	(86 141)	1 612 675
Outros activos fixos tangíveis	59 739	21 223		80 962
	20 852 624	1 150 132	(368 122)	21 634 633
Depreciação acumulada e imparidade				
Edifícios e outras construções	(1 834 869)	(78 185)		(1 913 054)
Equipamento básico	(10 254 428)	(652 438)	97 452	(10 809 415)
Equipamento de transporte	(2 088 822)	(104 972)	165 110	(2 028 685)
Equipamento administrativo	(1 587 193)	(50 017)	84 551	(1 552 658)
Outros activos fixos tangíveis	(52 334)	(742)		(53 076)
	(15 817 646)	(886 354)	347 113	(16 356 887)
Valor líquido contabilístico:	5 034 979			5 277 746

As principais adições do período de 2021 referem-se à aquisição de equipamento básico, sendo o mais significativo 3 Flutuadores, Cofragem para a Sucursal de Cabo Verde e Equipamento de Movimentação para a Sucursal de Moçambique, de equipamento de transporte consistindo numa viatura ligeira de passageiros e em 4 viaturas ligeiras de mercadorias.

Do activo fixo tangível constante neste quadro, encontra-se mobilizado em Angola diverso equipamento com o valor de Euro 2.609.702,95 e em Cabo Verde com o valor de Euro 2.546.430,40.

O montante registado na rubrica de alienações deve-se a uma viatura e equipamento básico.

À data de 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2021			31-12-2020		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Equipamento básico	375 000	(62 475)	312 525	375 000	(8 925)	366 075
Equipamento de transporte	33 500	(9 772)	23 728	33 500	(1 397)	32 103
Total:	408 500	(72 247)	336 253	408 500	(10 322)	398 178

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	18 763	199	18 963	272 092	2 150	274 241
Entre um e cinco anos	9 215	52	9 267	20 487	243	20 730
Total:	27 979	251	28 230	292 579	2 393	294 971

7 Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2021	2020
Imposto corrente	(99 382)	(99 840)
	(99 382)	(99 840)

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos.

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2021	2020
Resultados antes de impostos	558 831	855 026
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
Imposto esperado	125 737	192 381
Diferenças entre resultado contabilístico e fiscal		
Método de equivalência patrimonial	(208 794)	(42 224)
Lucro fiscal imputado por ACE	72 261	35 496
Outras	241 794	242 711
Interesses Minoritários	(57 743)	(4 986)
Lucro tributável/ (Prejuízo fiscal)	606 349	1 086 023
Imposto calculado	127 333	
Ajustamentos à colecta	33 289	80 142
Diferenças de taxa de imposto - Sucursais	18 415	19 698
Imposto sobre o rendimento do exercício - a pagar/ (a receber)	52 422	(41 507)
Imposto corrente - gasto/ (rendimento)	99 382	99 840
	99 382	99 840
Taxa efectiva de imposto	17,8%	11,7%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

8 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	194 061	427 399
Valor líquido contabilístico:	194 061	427 399

A variação da rubrica inventários resulta do reconhecimento em gasto de EUR 236.957,75 de mercadorias em trânsito das nossas Sucursais de Moçambique e Cabo Verde.

Durante o período foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de Euro 14.625.858 (2020: Euro 4.593.175), conforme nota 24.

9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	7 997 283	8 518 724
Empresas subsidiárias		2 858
	7 997 283	8 521 582
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(30 571)	135 510
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(601 060)	(736 570)
	(631 631)	(601 060)
Valor líquido contabilístico:	7 365 652	7 920 522

Na rubrica de Créditos a Receber – Não Corrente, é apresentado a 31 de Dezembro de 2021 um saldo que ascende a Euro 759.537,44 (2020: Euro 1.234.383) referente a retenções de garantia de clientes título de garantia contratual, cerca de 50% do saldo é referente à retenção de garantia do cliente da Sucursal de Cabo Verde e 20% respeitam ao contrato em execução pela Joint venture Aarsleff-Seth.

Esta rubrica compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual cujo prazo de libertação das garantias situa-se entre 1 a 10 anos.

Os movimentos das perdas por imparidade de 2021 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(601 060)	(30 571)		(631 631)
Total:	(601 060)	(30 571)	-	(631 631)

Os movimentos das perdas por imparidade de 2020 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(736 570)		135 510	(601 060)
Total:	(736 570)	-	135 510	(601 060)

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente de 2021 apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Cientes	3 043 178	646 802	2 016 808	58 833	400 307	140 316	180 112	879 296	7 365 652

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente de 2020 apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Cientes	2 145 878	92 054	2 371 089	1 514 296	472 420	1 035 049	44 829	244 907	7 920 521

10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Activo		
IVA reembolsos pedidos	68 884	192 099
IVA a recuperar	81 384	110 866
Imposto sobre o rendimento	84 383	282 103
Outros impostos	32 324	24 283
IVA a recuperar (Sucursais)	649 276	557 588
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	49 560	34 420
IVA a recuperar (Outras sociedades)	40 450	22 508
Imposto sobre o rendimento (Outras sociedades)	34 424	31 979
Total:	1 040 683	1 255 847
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	52 422	
Contribuições para a Segurança Social	108 664	106 174
Retenções de imposto sobre o rendimento	75 271	77 049
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	132 628	157 006
Contribuições para a Segurança Social (Sucursais)	6 089	2 021
Outras tributações (Sucursais)	13 310	2 887
IVA a pagar (Outras sociedades)	4 417	
Contribuições para a Segurança Social (Outras sociedades)	1 781	922
Outras tributações (Outras sociedades)	3 404	1 805
Total:	397 984	347 864

11 Outros créditos a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Valor Bruto:		
Adiantamento a Fornecedores	468 860	760 096
Outros devedores	1 732 092	1 359 405
Grau Acabamento	11 896 038	9 559 914
Outros acréscimos rendimentos	1 602 664	571 070
	15 699 654	12 250 485
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	345 875	29 898
Imparidade de períodos anteriores	(352 879)	(382 777)
	(7 005)	(352 879)
Valor líquido contabilístico:	15 692 649	11 897 605

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, conforme respectivos autos de medição dos gastos incorridos e para as quais não foi emitida a respectiva factura.

Obra	Grau Acabamento €
Quay and Breakwater Cabinda	5 731 791
Vilanculos lot 3, EDM	1 086 780
Porto Ilha de Maio, Cabo Verde	719 323
Electrical lines Moz towns, EDM-lot III	154 282
Perip Lot 4, EDM	3 957 132
Stairs, Docapesca	35 925
Quay, Cabanas Tavira	21 550
Nordeste road Rio Tinto	1 068
Jetty rehabilitation, Tanquisado	523 063
Micropiles, Moscavide school	71 072
Mozambique Power Grid	-487 084
Renovate Bldg. T-715, Lajes	81 135
Total:	11 896 038

12 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	105 236	62 686
Outros gastos a reconhecer	85 051	69 144
Total:	190 287	131 830
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Grau de Acabamento	474 815	886 242
Juros	35 236	41 219
Outros rendimentos a reconhecer		8 697
Total:	510 051	936 157

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente.

Obra	Grau Acabamento €
Quay 10M ZH, Ponta Delgada	118 650
Water deposit, Barlavento	114 610
Water deposit, Cotao	7 179
Reservoir, Alto Santa Catarina	164 046
Piling, ETAR Parada	70 330
Total:	474 815

Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

13 Capital subscrito

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2021.

14 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

15 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2021	31-12-2020
Outras Reservas	(197 542)	(197 542)
Total:	(197 542)	(197 542)

O saldo compreende quer a rubrica de Excedentes de valorização quer Ajustamentos cambiais havidos com as sucursais.

16 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados deveu-se à aplicação do resultado líquido do período 2020 no montante de Euro 959.852.

17 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2021	31-12-2020
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(677 167)	(1 156 213)
Total:	(677 167)	(1 156 213)

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

18 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Saldo final
Impostos	270 000		(270 000)	-
Outros	452 615		(311 692)	140 923
Total:	1 832 500	-	(581 692)	140 923

Outras provisões refere-se à provisão criada para o período de garantia do Projecto da Aarsleff-SETH JV.

À data de 31 de Dezembro de 2021 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, que é convicção da Administração, atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações e impugnações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

A evolução e a expectativa do resultado do processo fiscal existente na Argélia, favorável à Empresa, permitiu que, em 2021, a provisão - que havia sido constituída há vários anos - tenha sido totalmente revertida (EUR 270.000).

A 31 de Dezembro de 2021 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	10 653 021	11 749 502
- Serviços adquiridos	62 422	62 422
- Judicial	1 853 660	1 853 660
Total:	12 569 103	13 665 585

As garantias bancárias no montante de Euro 1.853.660 são referentes aos processos judiciais descritos acima.

A empresa não prevê a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

19 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1 024 445	1 794 455
Locações financeiras		20 487
Suprimentos	4 000 000	4 000 000
	5 024 445	5 814 942
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	3 162 789	1 251 500
Outras facilidades de crédito	1 283 364	678 155
Descobertos bancários	2 542 337	2 537 834
Locações financeiras	27 979	272 092
Suprimentos		30 441
	7 016 469	4 770 021
Total:	12 040 913	10 584 964

Os financiamentos não correntes respeitam a empréstimos contraídos junto da CGD, com vencimento em Novembro de 2023 e junto do Santander Totta e Millennium BCP, ambos a terminar em 2024.

Na rubrica outras facilidades de crédito está registado o instrumento de financiamento *Confirming on time* do Millennium BCP.

Em 2019 foram constituídos suprimientos cujo reembolso previsto será em 2023.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos/Descobertos bancários/ <i>Factoring</i>		
Até 1 ano	6 988 490	4 467 489
De 1 a 5 anos	1 024 445	1 794 455
	8 012 934	6 261 944
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	27 979	272 092
De 1 a 5 anos		20 487
	27 979	292 579
Suprimientos		
Até 1 ano		30 441
De 1 a 5 anos	4 000 000	4 000 000
	4 000 000	4 030 441
Total:	12 040 913	10 584 964

À data de 31 de Dezembro de 2021 os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos, são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	2022	2023	2024	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos/Descobertos bancários/ <i>Factoring</i>	6 988 490	721 666	302 778	8 012 935
Locações financeiras	27 979			27 979
Suprimientos		4 000 000		4 000 000
Total:	7 016 469	4 721 666	302 778	12 040 913

20 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
Corrente		
Remunerações a liquidar	850 478	785 685
Credores por acréscimo gastos	1 016 320	184 500
Outros credores	326 645	2 403 266
Total:	2 193 443	3 373 452

A variação da rubrica de Outros Credores reflete a reclassificação do adiantamento de cedência de equipamento em Angola não recebido (EUR 2.049.880).

21 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores c/c		
Gerais	4 023 646	3 494 726
Empresas subsidiárias	1 852	1 710
Total:	4 025 498	3 496 436

22 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Clientes Gerais	2 278 746	2 284 375
Total:	2 278 746	2 284 375

Do saldo apresentado 94% respeita a adiantamentos efectuados pelo cliente Electricidade de Moçambique e os restantes 6% ao adiantamento efectuado pelo cliente MIOTH.

23 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)		
Descrição	2021	2020
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	35 020 309	18 660 724
Serviços secundários	382 107	426 942
Total:	35 402 417	19 087 666

As principais obras, para o período de 2021, são como segue:

(valores em euros)		
Obra	2021	2020
Cais acostável, Aveiro	2 241 657	4 736 273
Duques d'Alba, Guiné-Bissau		2 297 972
Cais, Cabinda	3 875 106	2 126 267
EDAP		1 863 972
Mozambique Power Grid		1 340 761
Porto Ilha de Maio, Cabo Verde	3 208 282	1 300 960
Electrificação Alto Lingonha	724 509	1 031 882
Cais -10m (ZH), Ponta Delgada	4 262 062	920 180
Vilanculos Lote 3	5 208 245	917 897
Terminal solventes, SAPEC Setúbal		508 703
Cais de Espera Tua-Valeira		144 376
Anti-vehicle barrier, Lajes Field US Airforce		48 524
Microestacas Edif.D.Luís		18 711
Postos Administrativos Zambezia	3 531 723	
PERIP Lote 4, Maputo	4 642 553	
Nova Reserva do Barlavento, Lagos	1 939 722	
Reforço Ponte Cais Tanquisado	2 352 654	
Renovate Bldg. T-715, Lajes	526 472	
Outras	2 889 432	1 831 191
Total:	35 402 417	19 087 666

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma por área geográfica:

(valores em euros)

Área Geográfica	2021	2020
Portugal	13 858 841	7 917 357
Moçambique	14 460 187	5 445 111
Guiné-Bissau		2 297 972
Angola	3 875 106	2 126 267
Cabo Verde	3 208 282	1 300 960
Total:	35 402 417	19 087 666

24 Subsídios à exploração

(valores em euros)

Descrição	2021	2020
Subsídios à exploração		
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	11 519	
Total:	11 519	

O montante registado nesta conta está relacionado com um subsídio concedido pelo IEFP.

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial (+)	427 399	103 549
Compras (+)	14 392 519	4 917 025
Regularizações (+/-)		
Saldo final (-)	194 061	427 399
CMVMC	(14 625 858)	(4 593 175)

26 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2021	2020
Subcontratos	5 472 979	2 796 680
	5 472 979	2 796 680
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	2 492 383	1 675 578
Conservação e reparação	708 642	495 722
Honorários	35 272	32 155
Vigilância e segurança	100 541	148 846
Publicidade e propaganda	6 541	5 149
Outros	1 940	700
	3 345 319	2 358 151
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	106 557	98 486
Material de escritório	40 144	67 145
Artigos para oferta	3 767	7 435
Livros e documentação técnica	13 049	4 979
Outros	604	3 111
	164 120	181 156
Energia e fluidos:		
Combustíveis	551 496	356 209
Electricidade	68 246	48 956
Água	31 706	18 592
Outros	58 716	31 080
	710 163	454 837
Deslocações, estadas e transportes:		
Transportes de mercadorias	612 618	609 391
Deslocações e estadas	429 521	477 976
Transportes de pessoal	1 736	1 289
	1 043 875	1 088 657
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	1 847 187	1 736 852
Seguros	343 601	286 879
Comunicação	72 133	59 119
Limpeza, higiene e conforto	103 482	83 445
Despesas de representação	19 178	26 870
Contencioso e notariado	1 879	2 250
Royalties	40 764	
Outros serviços	(43 465)	(1 048 181)
	2 384 760	1 147 234
Total:	13 121 216	8 026 715

As variações mais significativas ocorreram na rubrica subcontratos.

A variação da rubrica de subcontratos está relacionada essencialmente com os subcontratos relacionados com a obra do Cais de Ponta Delgada.

27 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	401 293	445 702
Remunerações do pessoal	5 735 026	4 909 152
Encargos sobre remunerações	940 136	881 476
Indemnizações	5 578	11 608
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	92 994	87 026
Gastos de acção social	1 594	-
Outros gastos com o pessoal	159 399	99 654
Total:	7 336 019	6 434 619

O detalhe dos trabalhadores em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, em Portugal, Moçambique e Cabo Verde por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	7	7
Quadros superiores	13	14
Quadros médios	20	19
Chefias intermédias	28	25
Profissionais altamente qualificados	9	8
Profissionais qualificados	102	98
Profissionais semi-qualificados	92	44
Profissionais não qualificados	75	67
Total:	348	284

No final de 2021 a Sucursal Moçambique tinha contratados 213 trabalhadores face a 154 no ano anterior. A Sucursal Cabo Verde encerrou o ano 2021 com 6 trabalhadores.

28 Imparidade de inventários

A rubrica imparidade de inventários é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Imparidade de Inventários		
Inventários	(490)	
Total:	(490)	

29 Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	952 225	466 644
Restantes activos financeiros	746 026	368 506
Investimentos não financeiros	13 799	174 160
Descontos de pronto pagamento obtidos	18 481	4 108
Outros	742 408	73 982
Total:	2 472 939	1 087 400

A 31 de Dezembro de 2021 o fornecimento de materiais para a nossa Sucursal de Cabo Verde e de Moçambique representam cerca de 70% da rubrica rendimentos suplementares.

A rubrica de Restantes Activos Financeiros reflecte as diferenças cambiais registadas durante o período.

30 Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2021	2020
Comissões e serviços bancários	334 247	453 092
Impostos	131 772	137 222
Diferenças cambiais	733 127	784 095
Outros	143 933	56 178
Total:	1 343 079	1 430 586

31 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2021	2020
Juros obtidos	2 607	178 166
Total:	2 607	178 166

32 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2021	2020
Juros suportados	145 870	150 435
Total:	145 870	150 435

Os juros suportados estão relacionados com os financiamentos obtidos mencionados na nota 19.

33 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a estrutura accionista da Empresa, é como segue:

(número de acções)

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
MT Hojgaard International a/s	2 400 000	
MT Hojgaard Danmark a/s		2 400 000
Approachdetail – SGPS, SA	1 600 000	1 600 000
Total:	4 000 000	4 000 000

Por motivo de reorganização do Grupo, em Novembro 2021, a MT Hojgaard Danmark a/s alienou a totalidade da participação do capital da SETH à sociedade MT Hojgaard International a/s. Ambas as sociedades dinamarquesas são 100% detidas pela Holding do Grupo, a MT Hojgaard Holding a/s.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Activos		
Subsidiárias	148 908	160 912
Empreendimentos conjuntos	26 416	1 333
Eng. Ricardo Gomes	209 524	114 040
Total:	384 848	276 285
Passivos		
Subsidiárias	35 439	9 745
MT Hojgaard a/s	2 400 000	2 400 000
Approachdetail – SGPS, SA	1 600 000	1 600 000
Total:	4 035 439	4 009 745

As transacções entre partes relacionadas são essencialmente de cedência de pessoal e materiais.

34 Interesses Minoritários

Os saldos relativos aos interesses minoritários registados nas demonstrações financeiras são analisados como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Resultado líquido do período		
SethAngola, S.A.	57 743	11 166
SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.		(6 180)
Total:	57 743	4 986
Ajustamentos Capitais Próprios		
SethAngola, S.A.	(60 992)	39 585
SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.		38 836
Total:	(60 992)	78 420
Total:	(3 249)	83 406

35 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

				(valores em euros)
Descrição	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos/ Não Reconhecidos	Total
Gastos	27 151 095	35 179 842		62 330 937
Rendimentos/Rédito	35 278 118	57 776 694	(17 572 871)	75 481 941

36 Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração a 15 de Fevereiro de 2022.

37 Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários assumidos em 2021 relativos ao Revisores Oficiais de Contas são de EUR 31.000, tendo sido em 2020 no montante de EUR 34.490.

38 Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam aplicados em Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada

Bárbara Themudo

Certificação Legal de Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidraulicos, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 32.197.751 euros e um total de capital próprio de 10.606.943 euros, incluindo um resultado líquido de 401.706 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada de SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código da ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas matérias se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno no Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de Março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representado por:

(Assinado)
Luis Miguel Gonçalves Rosado – ROC nº 1607
Registado na CMVM com o nº 20161217

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão individual e consolidado, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Apreciámos as Certificações Legais das Contas, emitidas pelos Revisores Oficiais de Contas, e os relatórios e pareceres emitidos pelos órgãos de fiscalização das empresas integradas no perímetro de consolidação;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas individuais e consolidados;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas individuais conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a Entidade é a empresa-mãe;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas individuais, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;

- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foram emitidas, nesta data, as correspondentes Certificações Legais das Contas sobre as contas individuais e consolidadas, ambas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. nos termos do artigo 420 conjugado com o n.º 1 do art.º 508-D do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2021 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão e o Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 31 de dezembro de 2021 satisfazem os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2021, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- (d) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 11 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Luís Miguel Gonçalves Rosado (ROC n.º 1607)
Registado na CMVM com o n.º 20161217

Certificações

AENOR
Confía



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade



ER-0292/2018

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de gestão da qualidade conforme com a norma ISO 9001:2015

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de edificação, proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas (Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. - 2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2018-05-17
Data da última emissão: 2021-08-31
Data de validade: 2024-08-31

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

Certificado transferido. Data de emissão do certificado da entidade de certificação acreditada: 2016-01-25

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C - 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com

AENOR
Confía



Certificado do Sistema de Gestão Ambiental



GA-2018/0140

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de gestão ambiental conforme com a norma ISO 14001:2015

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de edificação, proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas (Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. - 2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2018-05-17
Data da última emissão: 2021-08-31
Data de validade: 2024-08-31

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

Certificado transferido. Data de emissão do certificado da entidade de certificação acreditada: 2015-09-01

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C - 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com



AENOR
Confía



Certificado do Sistema de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho



SST-0075/2018

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho conforme com a norma ISO
45001:2018

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e
públicas, designadamente para obras de edificação,
proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos,
estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas
(Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. -
2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2021-02-08
Data da última emissão: 2021-09-10
Data de validade: 2024-09-10

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

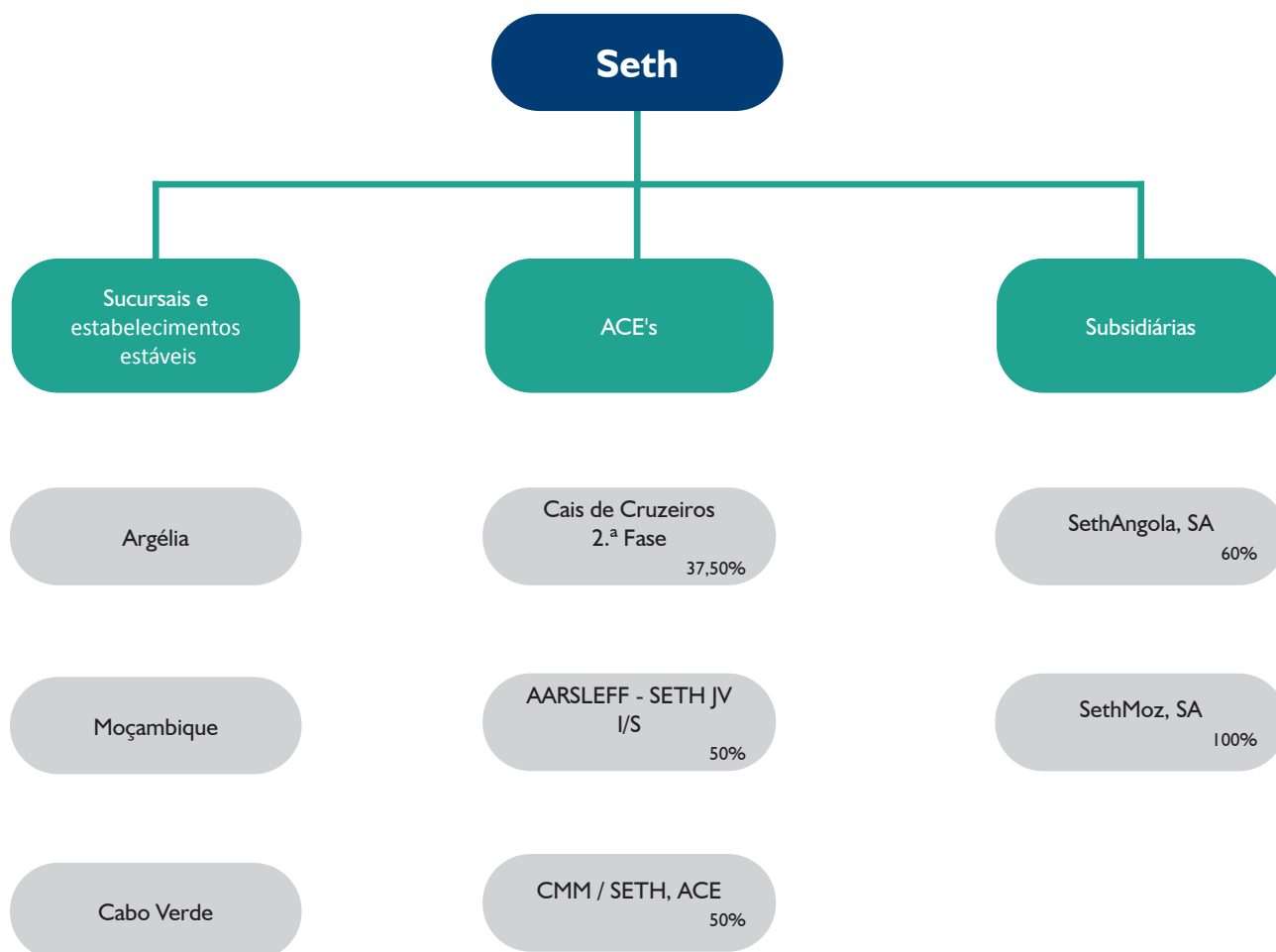
O titular deste certificado possuía certificação acreditada de acordo com a OHSAS 18001 desde: 2018-06-01

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00. - www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C- 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com

Organigrama





SETH – RELATÓRIO E CONTAS 2021

Ficha Técnica

Coordenação – Inácio Beirão

Textos – Seth

Tradução p/ Inglês – Verbis Iberia, Tecnologias de Informação, Lda. + Seth (SM)

Designer/Paginação – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)

Foto da capa: Construção de um Cais Acostável de Navios no Porto de Aveiro (obra concluída em 2021)

Paginação e pré-impressão – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)



Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS – Portugal
Tel.: +(351) 21 943 14 79
Fax: +(351) 21 943 15 18
seth@seth.pt

ALVARÁ N.º 5
NIPC 500 257 760

www.seth.pt

